

DINÂMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE NOS EUA, NA EUROPA E NO BRASIL DE 2000 - 2017

GABRIEL ANDRADE FERREIRA DE MOURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

ANA LUIZA ANDRADE FERREIRA DE MOURA

DINÂMICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE NOS EUA, NA EUROPA E NO BRASIL DE 2000 - 2017

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável, frente a um processo de degradação ambiental, tem sido uma das questões discutidas desde o início na década de 1960, quando já se especulava sobre como a população mundial iria se adaptar às mudanças previstas para o futuro. Essas mudanças envolviam crescimento populacional no mundo e do consumo de alimentos e outros bens, que são necessários à conservação da vida e do convívio dentro de cada sociedade. É nessa época, especificamente em 1968, que economistas, antropólogos e cientistas de diversos países se reúnem no chamado Clube de Roma e começam a formular teorias e estudos sobre como se dará a interação entre industrialização, crescimento populacional, consumo, desenvolvimento e meio ambiente (SEIFFERT, 2007).

A partir deste período, vários encontros e conferências mundiais, que discutiam as mudanças climáticas, degradação ambiental e o desenvolvimento e crescimento econômico dos países ricos e pobres, começaram a se tornar mais constantes e a cada etapa de discussão foi se estabelecendo novos conceitos dessa problemática.

Dentre os objetivos destas discussões, pode-se destacar a identificação de padrões de consumo, que podem levar a uma maior conservação dos recursos; os mecanismos econômicos e legislativos, que visem a conservação do meio ambiente e que ao mesmo tempo traga retornos financeiros. Além da atuação dos países mais favorecidos frente a realidade dos menos favorecidos, economicamente e socialmente.

Alguns dos encontros, segundo Seiffert (2007), que estabeleceram as relações comerciais entre os países mundiais, visando o respeito ao meio ambiente, foram a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972; a formação, pela ONU, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1983, e que em 1987 formulou o Relatório Brundtland, contendo o conceito mais aceito mundialmente para desenvolvimento sustentável; a Rio 92 em 1992, que aprovou acordos internacionais importantes, entre eles a Agenda 21; a COP6 em 1997 em que foi assinado o Protocolo de Quioto; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2002. No ano de 2012, tem-se o destaque para o Rio +20, em 2012, em que foram discutidos os problemas e progressos nos dez e vinte anos

respectivos à realização da Rio 92 e o Acordo de Paris, em 2015, um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que discutiu as medidas de redução de emissão dióxido de carbono a partir de 2020.

O Brasil se inseriu em um ambiente coeso e bastante competitivo no cenário internacional, se tornando um grande exportador dos fatores de produção do uso da terra, sobretudo por possuir vantagens históricas, espaciais, geográficas e climáticas. Com o passar dos anos, o setor agropecuário foi se tornando cada vez mais sólido e consistente levando avanços tecnológicos e o uso de novos métodos de produção, de manejo, de produtos, advindos de sistemas produtivos de operações integradas em todos os estágios técnicos de produção e distribuição (ALVIM; OLIVEIRA JÚNIOR, 2005).

Sob a ótica das inovações tecnológicas e dos processos de produção, comercialização e consumo, presentes neste setor, destaca-se a importância fundamental para a questão ambiental no uso de técnicas que provocam menos danos ao meio ambiente. Os bens que incorporam as inovações tecnológicas e as práticas economicamente viáveis, ecologicamente corretas e socialmente justas, impõem as vantagens relacionadas à competitividade de diversos setores econômicos no Brasil nos demais países.

O setor de agronegócio sempre esteve baseado como diferencial da competitividade brasileira, no qual o custo de oportunidade para obter recursos e bens advindos das riquezas naturais é reduzido quando comparado com os demais países, fazendo com que o Brasil se torne uma referência no setor de alimentos e no agropecuário. Com o avanço da economia e das tecnologias, os antigos padrões industriais brasileiros, decorrentes do processo de substituição de importações nas décadas de 30 foram sendo reestruturados e aperfeiçoados, impulsionados por movimentos trabalhistas, estruturas organizacionais, estabilização econômica, investimentos estrangeiros, instituições financeiras, entre diversas outras influências. Os efeitos e consequências deste processo de organização e reestruturação levarão aos caminhos para a competitividade, sendo o setor agrícola o destaque brasileiro por sua vantagem comparativa em relação aos outros países (ALVIM; OLIVEIRA JÚNIOR, 2005).

Ao aplicar no setor agroexportador, um sistema produtivo, competitivo e que respeite o meio ambiente, traz o reconhecimento nacional e internacional para o Brasil. Trata-se de um dos maiores avanços nos campos de manejo e uso adequado dos recursos naturais, respeitando os animais e plantas na busca pela sustentabilidade, proporcionando otimização da produção, uso correto de maquinário, menor degradação do solo, preservação de bacias hidrográficas, além de oferecer maior competitividade à produção. Se trata de um marco para a manutenção do agronegócio ao longo prazo, trabalhando a escassez dos recursos, com a presença de

sustentabilidade e igualdade na qualidade ambiental.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo identificar as dinâmicas das relações comerciais internacionais no Brasil, frente ao EUA e a Europa, no período de 2000 a 2017. Especificamente, pretende-se analisar como a influência das políticas internacionais contribui para o processo de desenvolvimento econômico aliado à preocupação do meio ambiente, levando em consideração as vantagens competitivas dos países no comércio internacional.

Logo, o desenvolvimento econômico aliado à preocupação ao meio ambiente é um dos temas mais discutidos nos últimos anos. O desafio de amplificar as relações comerciais entre todos os países mundiais, desenvolvendo conceitos ecológicos, que busquem a sustentabilidade e o respeito à natureza, é um compromisso cada vez maior dos países. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo identificar as dinâmicas das relações comerciais internacionais no Brasil, frente ao EUA e a Europa, no período de 2000 a 2017. Especificamente, pretende-se analisar como a influência das políticas internacionais contribui para o processo de desenvolvimento econômico aliado à preocupação do meio ambiente. Neste estudo, é levado em consideração as vantagens competitivas dos países no comércio internacional. O resultado leva em consideração que o comércio mundial está se tornando cada vez mais integrado e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico, mas que nos últimos anos, a questão ambiental tem sido questionada como obstáculo para o desenvolvimento, devido a ascensão dos governos de direita.

2 Processo De Desenvolvimento Econômico Sustentavel

Dados os esforços e tendências mundiais em modificar as estruturas produtivas, buscando o desenvolvimento do meio ambiente, a vantagem competitiva do Brasil no setor agroexportador frente ao demais países, e a aplicabilidade do sistema de produção sustentável nas técnicas brasileiras, favorecem o comércio internacional. Destaca-se os EUA e os países europeus como os principais competidores e também consumidores de produtos brasileiros no mercado mundial. Realizando exigências quanto ao respeito ao meio ambiente e quanto as regulamentações internacionais de comércio.

Para explicar estes processos de comércio internacional entre os países, toma-se por base as Teorias do Comércio Internacional que estão ligadas às análises de competitividade. Com a Teoria da Vantagem Absoluta, de Adam Smith, fica-se claro que o comércio entre dois países eleva o consumo, sendo assim, vantajoso para ambos os lados da transação. Segundo esta teoria, cada país deveria se especializar no bem cujo custo de produção fosse menor, se comparado com o dos outros países. (CARVALHO, 2007).

Após Adam Smith, David Ricardo apresenta a Teoria da Vantagem Comparativa, afirmando que o comércio, entre dois países, seria benéfico para ambos, ainda que determinado país tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todos os produtos, desde que o país menos privilegiado não fosse equitativamente menos produtivo em todos os produtos. (SALVATORE, 2000). Assim, David Ricardo mostrou que é possível o comércio mesmo que o país não possua vantagem absoluta na produção de nenhum bem. O custo de se empregar um recurso em determinada atividade deve ser avaliado pelo custo de oportunidade, ou seja, a produção perdida por não se empregar o recurso em seu melhor uso alternativo. Isto permite que um país que não possua vantagem absoluta na produção de um bem, comercialize com outro país que possua vantagem absoluta. Desta forma, é viável para países desenvolvidos realizar comércio com países em desenvolvimento.

Na década de 1920, tem-se o modelo de Heckscher-Ohlin, também chamado de teoria das proporções de fatores. Este modelo, proposto por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, realça as nuances dos recursos dos países como a única fonte de comércio, salientando que a vantagem comparativa é motivada pela abundância relativa de fatores que cada país possui e pela intensidade relativa de fatores de bens (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001). Assim, a vantagem comparativa de um país está associada à sua dotação relativa de fatores, pela qual o país será mais eficiente na produção de bens intensivos no fator de produção mais abundante. De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), as hipóteses deste modelo levam em consideração uma economia que pode produzir dois bens como por exemplo, tecidos e alimentos. A produção desses bens requer dois insumos que têm uma oferta limitada nos fatores trabalho e terra, considerando o pleno emprego de fatores. Assim, em ambos países, a produção de alimentos é terra-intensiva, enquanto a produção de tecidos é trabalho-intensiva e a concorrência perfeita prevalece em todos os mercados.

No modelo de HO, segundo Krugman e Obstfeld (2001), os efeitos nos preços relativos e na distribuição de renda geram movimentações nos mercados, revelando que a longo prazo o comércio leva à convergência dos preços relativos, e suas mudanças têm fortes efeitos sobre a remuneração relativa do trabalho e da terra, quando se analisa dois países. Por exemplo, no país local, quando o preço relativo de tecidos aumenta os trabalhadores saem ganhando e os proprietários de terra saem perdendo, enquanto no país estrangeiro, onde o preço relativo de tecidos cai, ocorre o contrário, os trabalhadores saem perdendo e os proprietários de terra saem ganhando. Dessa forma, leva os proprietários dos fatores abundantes de um país obterem ganhos do comércio, e os proprietários dos fatores escassos saírem perdendo.

Estes modelos do comércio internacional justificam as vantagens de se comercializar

em escalas mundiais.

Outra forma de organização comercial que melhora a competitividade dos países é a formação de blocos econômicos. O processo de integração econômica em blocos econômicos permite aos países membros a expansão do mercado, quando por exemplo, países com mercado interno pequeno, conseguem expandir seus mercados consumidores. A criação de economias de escala, desenvolvendo muitos setores, elevando a produtividade, oferecendo maior competitividade para o comércio fora do bloco, e o no adensamento de cadeias produtivas, que acabam atraindo investimentos (CARNEIRO, 2008).

Destaca-se também, a importância dos acordos internacionais do meio ambiente, em que países se organizam em prol do meio ambiente, buscando manter suas atividades de desenvolvimento econômico a linhas crescentes, de forma que não prejudiquem o crescimento econômico de cada nação. Um dos problemas verificados, é que os acordos possuem políticas econômicas direcionadas à falta de clareza, objetividade e ao não estabelecimento de metas concretas para que os países reduzam a emissão de poluentes e preservem ou reconstituam suas áreas naturais (PENA, 2015).

Contudo nas últimas décadas, verifica-se uma resistência por parte dos países desenvolvidos em manter ou concordar com os acordos ambientais. Na maioria das vezes, pela justificativa que há uma diminuição no nível de crescimento econômico.

3 Dinâmicas Governamentais Nas Últimas Décadas

As dinâmicas governamentais nas últimas décadas, tiveram uma tendência de governos de esquerda e direita. Durante os governos de esquerda, observa-se maior preocupação social e com o meio ambiente, em contrapartida, nos governos de direita, a atenção está voltada ao crescimento econômico e políticas protecionistas.

Neste sentido, a política forma, historicamente, um movimento pendular. Ora o pêndulo está no campo da esquerda, ora no da direita. Este não é, contudo, um movimento harmônico e simétrico. Depende das causas e ambiente políticos que impulsionam e variam de tempo em tempo e de país a país.

No Brasil e na Europa observa-se segundo Löwy (2014) as eleições europeias confirmaram uma tendência observada há alguns anos na maior parte dos países do continente. Houve um crescimento da extrema direita. Esse é um fenômeno que ocorre desde os anos 1930, observado no governo brasileiro e também europeu. No passado, em muitos países, essa corrente obtinha entre 10 e 20%. Atualmente França, Inglaterra, Dinamarca e EUA, possuem um contingente de cerca de 25 e 30% dos votos. Isto deve-se ao fato da difusão das ideias da

direita clássica e até mesmo uma parte da esquerda social-liberal (LÖWY, 2014). O caso francês e o americano atualmente são o exemplo destas mudanças.

O caso dos EUA, em que a vitória do presidente Donald Trump pode ser vista como uma externalidade positivas e negativas. As medidas de Trump são indigestas a ponto de enfraquecer partidos de extrema direita e abrir espaço para uma direita moderada. Os resultados das eleições legislativas na Holanda e na França refletem o mesmo efeito da tendência mundial (LÖWY, 2014).

Em termos de forma, a direita no Brasil não se apresenta como alternativa de poder nacional. Em vários países da Europa, a direita populista é a terceira força política do país. Nos EUA, a direita populista é uma realidade. Em ambos os casos, Europa e EUA, a emergência dessas forças políticas representam um choque de stress em processos consolidados de integração regional, como os blocos econômicos já formados, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e a União Europeia.

Desta forma, os governos de direitas com políticas protecionistas e anti-preservação do meio ambiente, então sendo ampliadas e difundidas, trazendo riscos às gerações futuras, por não respeitar os recursos que são finitos e escassos.

4 Políticas Anti-Ambientais Internacionais

Um movimento contrário às políticas adotadas até hoje sobre a preservação do meio ambiente, então ganhando força. Pode-se citar a saída dos EUA do Acordo de Paris, em 2015, um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que discutiu as medidas de redução de emissão dióxido de carbono a partir de 2020.

Em primeiro lugar, a saída dos EUA no Acordo de Paris, torna o acordo mais fraco, uma vez que o acordo prevê limites à emissão de gases do efeito estufa e que países ricos ajudem os mais pobres financeiramente a se adaptar às mudanças climáticas e na adoção de energias renováveis. Neste sentido, segundo a BBC Brasil (2017), os EUA contribuem com cerca de 15% das emissões globais de carbono, mas ao mesmo tempo é uma importante fonte de financiamento e tecnologia para países em desenvolvimento em seus esforços para combater o aquecimento global. Além de abalar a diplomacia global entre os países.

Em segundo lugar é possível sim, conciliar crescimento com o desenvolvimento econômico. O combate à mudança do clima é um processo irreversível, inadiável e compatível com o crescimento econômico, em que existem oportunidades para promover o desenvolvimento sustentável e para novos ganhos em setores de tecnologia.

Segundo o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a economia verde e sustentável é a “... economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011). Um país que possui a preocupação ambiental e as estratégias para a preservação do meio ambiente, consegue alocar seus recursos de produção da melhor forma possível, conseguindo produtividade, competitividade, uma menor produção de resíduos e ainda auferir lucratividade. Economias que trabalham com este conceito tendem a ter uma melhor qualidade de vida e menor desigualdade social.

Neste sentido, mesmo com instabilidades políticas que desmistifiquem a preservação do meio ambiente, o comércio internacional pode ser fortalecido em outros sentidos. Por exemplo, com a saída dos EUA e a permanência da China no acordo, a China passa a ganhar mais credibilidade pública, gerando uma concentração de esforços para manter o comércio com este país.

Portanto, as políticas anti-ambientais internacionais podem representar um problema para o meio ambiente, mas podem também reaver os fluxos do comércio internacional, devido aos acordos internacionais. Estes acordos promovem os processos de integração econômica, aproximando assim, países com os mesmos interesses políticos.

CONCLUSÃO

O resultado leva em consideração que o comércio mundial está se tornando cada vez mais integrado e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Contudo nas últimas décadas, verifica-se uma resistência por parte dos países desenvolvidos em manter ou concordar com os acordos ambientais. Na maioria das vezes, pela justificativa que há uma diminuição no nível de crescimento econômico.

Desta forma, os governos de direitas com políticas protecionistas e anti-preservação do meio ambiente, então sendo ampliadas e difundidas, trazendo riscos às gerações futuras, por não respeitar os recursos que são finitos e escassos.

O problema é que nos últimos anos, a questão ambiental tem sido questionada como obstáculo para o desenvolvimento, devido a ascensão dos governos de direita.

Mas mesmo com estes problemas, observa-se que um país que possui a preocupação ambiental e as estratégias para a preservação do meio ambiente, consegue alocar seus recursos de produção da melhor forma possível, conseguindo produtividade, competitividade, uma menor produção de resíduos e ainda auferir lucratividade.

No cenário do comércio internacional, os acordos sobre o meio ambiente funcionam

como uma forma de rearranjo dos mercados. Uma vez que estes, funcionam como processos de integração econômica para o comércio internacional por similaridade de interesses políticos.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. I. D. S. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B. D. Análise da competitividade da produção de soja no sistema de plantio direto no Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 43 n.3. Brasília. Julho/Setembro. 2005. ISSN 0103-2003.

BBC BRASIL. In: MCGRATH, M. **Cinco efeitos globais da saída dos EUA do Acordo de Paris**. 2017. Disponível em < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40114352>>. Acesso em jul/2017.

CARNEIRO, R. **Globalização e Integração Regional**. Cadernos do Desenvolvimento, ano 3, nº 5. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**. 4º edição. São Paulo. ed Saraiva, 2007.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Recursos e Comércio: O Modelo de Heckscher-Ohlin. In: KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional - Teoria e Política**. 5ª edição. São Paulo: Makron Books – Brasil, 2001, cap. 5.

LÖWY, M. **Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. O novo fascismo espreita o Velho Continente**. CNRS. São Paulo, ed. Folha de S. Paulo, 2014. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias-2014/532447-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia-o-novo-fascismo-espreita-o-velho-continente>>. Acesso em jul/2017.

PENA, R. F. A. **As conferências sobre o meio ambiente reuniram os principais líderes mundiais em torno de temas referentes à preservação da natureza e ao desenvolvimento sustentável**. In: Conferências sobre o meio ambiente. Geografia ambiental. 2015. Disponível em < <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conferencias-sobre-meio-ambiente.htm>>. Acesso em jul/2017.

PNUMA. **Rumo a Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão**. 2011. [s.l]. p. 2. Disponível em: < <http://www.pnuma.org.br/publicacoes.php> >. Acesso em jul 2017.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6º edição. Rio de Janeiro. Ed. Printice Hall, 2000.

SEIFFERT, M. E. B. Desenvolvimento Sustentável. In: **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas e Educação Ambiental**. São Paulo, 2007. Ed Atlas.